

A estratégia urbana na organização do trabalho: o caso do catador no centro de São Paulo¹

Márcia Saeko Hirata

GT-2 Controle Social dos Meios de Produção

Resumo

Pensar em controle social dos meios de produção exige a confluência de um conjunto de fatores que parecem difíceis de reunir no atual contexto social e econômico. As atuais mobilizações sociais parecem pouco avançar em suas conquistas, principalmente naquilo que mais se manifesta premente diante da atual fase do capitalismo financeiro globalizado: a união das lutas. Análises teóricas também oferecem um horizonte pouco animador diante de um sistema econômico que abrange confins distantes, sejam geográficos, sejam de idéias. Para refletir sobre tais questões trazemos para debate as conclusões surgidas da observação da luta das catadoras e catadores de materiais recicláveis do centro de São Paulo, mais especificamente da região do Glicério. Trata-se de um olhar urbano conforme nos propõe as reflexões sobre produção e espaço de Henri Lefebvre.

Introdução

Uma das críticas e autocríticas centrais que ouvimos entre participantes de diversos movimentos sociais é a fragmentação das lutas populares que não permite uma aglutinação capaz de se expressar politicamente, tal como aconteceu na virada dos anos 1980 quando movimentos sociais urbanos se somaram à luta dos trabalhadores metalúrgicos e que efetivamente conquistaram avanços em seus direitos, sejam trabalhistas sejam urbanos. Ao mesmo tempo, algumas análises teóricas sobre o processo de avanço da acumulação capitalista não permitem uma perspectiva de superação da precarização crescente das formas de trabalho e da reprodução social do trabalhador. Como então podemos pensar em “controle social dos meios de produção” pelo trabalhador? Como refletir em termos de formação de um sujeito político capaz de fomentar prementes transformações sociais e assim evitar a situação de barbárie que parece dominar as condições de vida nas cidades? Para refletir sobre tais questões trazemos para debate neste Simpósio as conclusões surgidas da observação da luta das catadoras e catadores de materiais recicláveis do centro de São Paulo, mais especificamente da região do Glicério. Eles, aparentemente frágeis personagens urbanas à margem da sociedade e mais ainda do mercado de trabalho, construíram ao longo da apropriação do espaço uma estratégia diferenciada de organização de suas lutas que lhe têm permitido permanecer em regiões que são alvo dos interesses da crescente valorização imobiliária. Isto enquanto a maioria da população de baixa renda tem se deslocado para áreas cada vez mais distantes dos centros urbanos, portanto cada vez mais distantes das possibilidades de obtenção de alguma forma de renda que lhe garanta sua reprodução social. Trata-se de uma estratégia urbana como uma maneira alternativa de refletir sobre as lutas sociais e para a superação da sociedade da mais-valia.

Resistência e permanência urbanas: história da apropriação do espaço do Glicério pelos catadores

¹ Este texto baseiam-se em parte das reflexões desenvolvidas na tese *Desperdícios e centralidade urbana na cidade de São Paulo: uma discussão sobre o catador de materiais recicláveis do Glicério*, defendida em abril de 2011, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Paulo Cesar Xavier Pereira.

A forma como o catador estabelece sua permanência no espaço pelo uso de seu trabalho na reciclagem toma partido de uma particularidade: a centralidade urbana presente no Glicério. Trata-se de uma estratégia de apropriação que aponta para uma nova coesão social como negação da coesão determinada pelo domínio do capital sobre o trabalho e sobre a terra, coesão da sociedade da mais-valia. A reciclagem pelo catador sem dúvida é um uso residual do urbano dominado pela troca, produto de um cotidiano definido desde o início do século XX ligado a uma população muito pobre. No entanto, pela mediação de toda uma estrutura de entidades sociais e de uma certa condição urbana encontrada no Glicério, produz novas relações sociais ligadas a essa atividade nos anos 1980 e 1990. E a partir deste momento propomos aqui ver a reprodução de relações sociais específicas da reciclagem já no presente século que, entre outros, gerou a Cooperglícério, grupo de catadores que foram a base das entrevistas na pesquisa. O urbano do catador ali surge como experiência coletiva, tanto como resto da cidade da troca, espaço historicamente desdenhado pela valorização imobiliária, quanto “sobra” de trabalho sem força para se impor como valor no mercado. Mas nesta confluência também é produto de uma particularidade, a centralidade que a tudo atrai. O Glicério, como espaço inserido no centro, contém uma força de atração, mas por mais que na lógica imobiliária se insira como reserva para futuras valorizações, sem valor de troca permite pouca fixação em relação ao restante da cidade.

Nesta ausência dos privilégios da troca o que ela atrairá com mais firmeza será o uso, onde se localizará a parte residual das relações sociais da troca, ou seja, a força de trabalho sem valor de troca. No entanto, o que ali se localiza, se para a troca é mero resíduo, no sentido urbano é outra coisa. A pessoa sem trabalho que para lá aflui não deixa de ser alguém que se apresenta como trabalhador e, portanto como força de trabalho potencial (pois para a troca são ao menos reserva), pois mais do que trabalho vivo é um corpo vivo e socialmente disponível. E o espaço, que se socialmente também pode ser reserva, contém um elemento complicador para o capital: assim como o corpo não se limita a ser um trabalhador desempregado, o espaço não se limita a ser degradado, vazio, permanecendo neutro e estático à espera do tempo da troca. Afinal, como nos diz Lefebvre, o espaço é produto, meio e produtor (1981), principalmente por tratar-se de uma centralidade urbana. Se ali a sociedade da mais-valia deixou seus resíduos (sociais e espaciais) o urbano é apropriação pelo corpo, que sempre é social portanto produtor de relações sociais.

Vejamos mais concretamente o que configurou esta região que assim nos chega nos anos 1980. Sua destinação, desde o início do século XX, deu-se segundo a lógica de crescimento industrial de São Paulo, como habitação dos pobres e dos operários, bem como espaço de circulação para o lado Sul e Leste da cidade. Como urbano tornou-se também lugar das atividades religiosas e culturais, tantos dos negros quanto dos imigrantes estrangeiros, logo também dos migrantes do Norte e Nordeste do país. Ao longo do crescimento da cidade tornou-se também centralidade, mas centralidade em seu lado pobre, daqueles que viverão em moradias baratas, do descarte do comércio e dos serviços do centro, de seus ferros-velhos, dos restos e “bicos” do Mercado e de toda a zona cerealista, da caridade das igrejas. Chega assim aos anos 1980 como lugar de concentração da pobreza extrema, dos moradores de cortiços, dos moradores de rua, dos catadores, do baixo meretrício e, desnecessário dizer, dos problemas ligados à violência.

Em torno deles assim aparece um urbano cujas relações sociais são marcadas pela presença do trabalho provisório e precário, dos serviços religiosos, das entidades assistenciais, dos pontos de negócios informais ilícitos. Desta confluência, em sua componente assistencial e religiosa a tanta pobreza, não poderia deixar de tornar-se lugar de reflexão das razões dessa pobreza,

como eco às reflexões e mudanças políticas que aconteciam na periferia da cidade e nas fábricas. Em sua particularidade não reflete sobre a falta de infraestrutura e de serviços urbanos, pois já as tem em parte, mas sobre o aumento do desemprego ou a precariedade do trabalho em meio a tanta riqueza que por ali circula. O que aparece como questão urbana é um de seus extremos, os que nem sequer a moradia precária tem, os que vivem na e da rua, moradores de rua e catadores de recicláveis.

A partir daí este espaço, continuamente produzido e reproduzido como espaço do resíduo da cidade da troca, se reproduzirá de outra maneira. As relações sociais agora estabelecidas contam com a presença de entidades assistenciais não só religiosas, mas já se configurando como ONGs, muitas com convênios com a prefeitura, como albergues e casas de convivência, com trabalhos mais propositivos, focados na geração de renda e na busca dos direitos básicos, como documentação e um endereço. Ao longo do tempo tais entidades se tornarão mais complexas e diversificadas: surge a organização dos catadores, não mais semiescravidos pelos ferros-velhos, ganhando autonomia e escala para negociar com os aparistas; surgem sedes de sindicatos e demais serviços de auxílio aos desempregados, sedes de movimentos sociais, multiplicam-se a presença das ONGs, que além de atenderem moradores de rua e catadores especificam seu atendimento a mulheres e crianças. Sobre o espaço da reprodução específica do catador, como espaço para a atividade da reciclagem, de modo geral surgem primeiramente como pontos onde catadores avulsos descobrem como passíveis de apropriação por certo tempo, suficiente para fazerem a triagem e vendê-los para o ferro-velho. Se permanecem é porque é um espaço onde o valor de troca não é suficientemente significativo a ponto de tirá-los. O Glicério poderia ser somente isto, mas como se demonstrou acima, sua história já implica relações sociais e espaciais mais complexas. A presença da Cooperglicério permite falar em experiência coletiva de reprodução do espaço dos catadores como lugar da reprodução de relações sociais de produção diferenciais, que muda sem que a cidade mude.

Este espaço, não só é produto da produção social do urbano da cidade de São Paulo e de suas relações sociais, mas já reproduz o uso do espaço pelo catador: desde os anos 1980 já produziu a Coopamare, que em 1989 mudou-se para Pinheiros, o que pode ser qualificado como reprodução e não mera transferência, uma vez que alguns catadores não se mudaram e até participaram da formação de outros grupos de reciclagem, ao mesmo tempo em que permitiu a organização de outros da região de Pinheiros. O mesmo aconteceu com a Coorpel, que hoje se encontra na Luz. A Coopere-Centro, no Bom Retiro, apesar de nunca ter se localizado na região, nasceu em 2003 da parceria entre entidades conhecidas ligadas ao Glicério, ou seja, a Organização do Auxílio Fraternal (OAF), o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e a Província Franciscana, dentro de uma política pública municipal de incentivo à formação de cooperativas. Assim surgiu a Cooperglicério, como primeiro grupo de catadores formados pela entidade Recifran (pertencente à entidade religiosa Província Franciscana), que se consolidou como uma escola de reciclagem com a autonomização de seus primeiros “assistidos”.

Este contexto faz surgir a possibilidade de outra escala em dois sentidos. No sentido político, por sua organização nacional, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), e no sentido produtivo pela Rede Catasampa, como avanço na cadeia produtiva e nos ganhos sobre o valor unitário dos materiais. Ambos tiveram suas primeiras sedes na região e hoje se mudaram para outras regiões da cidade. Por outro lado, a tentativa de organização de outros grupos mais recentes, caso da Camare e da Cooper Brasil, sem contar com o apoio de outras entidades como as demais cooperativas e sem tempo para avançarem em sua organização, foram transferidas para o Ecoponto, sob gestão da municipalidade.

Mas a centralidade de toda esta rede de relações, seja como negócio, como serviço assistencial ou como serviço público, não existiria se não houvesse o catador. É preciso inverter a forma de olhar para o espaço para capturar na totalidade a consideração de suas partes, no caso o catador em atividade no espaço do Glicério. Se hoje pode-se atribuir um outro caráter ao Glicério, diferente de mais um lugar da pobreza e da violência do centro é porque um uso diferencial foi introduzido, consistindo numa forma diferenciada de apropriação e produção desse espaço. Pela trajetória da vida dos catadores entrevistados, vemos uma “mobilidade urbana” (TELLES, 2005, p. 2) que nasce de uma mudança na forma como definem a reprodução de suas vidas.

Para além de um trabalho explorado pela indústria da reciclagem ou para algumas indústrias da pobreza, acontece uma resignificação do mundo do trabalho, da luta pela vida com autonomia. Não há mais dependência do dono do ferro-velho, que cedia um teto e a carroça ao catador em troca da exclusividade sobre o produto de seu trabalho, os materiais catados. O catador encontrou no Glicério outras formas de relações sociais, em que pode exercer a mesma atividade, de forma cada vez mais digna, autônoma e solidária. Ao circular nas ruas do centro, fica sabendo de outros lugares onde pode dormir, como no albergue ou em outros projetos sociais, e mesmo na rua sob sua carroça, pois desenvolve estratégias que lhe proporciona segurança; observa outros lugares onde pode separar o material colhido, como nas casas ou em locais públicos abandonados; fica sabendo onde vender a melhores preços, pois sem a dependência do teto e da comida do dono do ferrovelho agora pode procurar outros estabelecimentos. Fica sabendo de um espaço que, em vez da caridade religiosa que lhe dá alguma atenção e alimento, lhe garante o mesmo alimento mas com uma atenção diferente: o preparo do alimento junto aos demais com base na solidariedade.

Encontra o espaço da conversa sobre sua condição de “sem emprego” ou desempregado e por isso desvinculado da família, conversa sobre as greves dos metalúrgicos, da ocupação de terras na periferia, da abertura política. Torna-se o espaço para construir outras formas de relacionamentos, para criar novas relações sociais com base na própria catação. A forma coletiva de fazer o próprio alimento torna-se a maneira interessante de prosseguir a vida e a organização do trabalho, pois todos já sabem quanto paga o aparista ao dono do ferro-velho de acordo com um parâmetro quantitativo e qualitativo. Conseguir as próprias carroças é possível com a renda e o conhecimento que já tinham; conseguir um local para uma certa quantidade de material foi possível com a busca de doadores de recursos, pela OAF e por D. Paulo Evaristo Arns, para a compra de um terreno. A partir daí, novas relações sociais são construídas em volta do catador, e em 1989 passa a contar com outra forma de relacionamento com a Prefeitura que, até então, ou não era visto ou era considerado como um “sugismundo”. Passa a receber apoio principalmente naquilo que é mais difícil, um terreno adequado à atividade, o que implica certa dimensão e localização, principalmente próximo de grandes centros comerciais e de serviços, caso da valorizada região de Pinheiros. Outros catadores de outra região a partir de então têm a oportunidade de trabalhar de modo perene, mesmo que em outra centralidade. Enquanto isto, o Glicério cada vez mais se torna um lugar de oportunidades, em contraposição a um contexto de emprego cada vez mais restritivo. Para a população cada vez mais empobrecida, ali se encontra a moradia barata e inserida na região de maior concentração da cidade de empregos ou de qualquer tipo de trabalho, uma quantidade crescente de serviços gratuitos ou acessíveis, o lugar do alimento doado ou acessível aos seus poucos recursos, o lugar de comprar ou trocar a roupa na feira do rolo e hoje na feira de trocas solidárias, o lugar de aprendizado de outras profissões, para saber das

oportunidades de trabalho nos inúmeros projetos de geração de renda, seja pelas ONGs, seja pelos convênios com o governo, pois ali se fica sabendo da possibilidade de morar em uma ocupação de movimentos de moradia, e até de conseguir acesso a um financiamento público. Enfim, o Glicério mostra-se o lugar do encontro em que uma multiplicidade de estratégias são continuamente criadas em uma rede social cada vez mais ampla, mas principalmente porque é o lugar da reciclagem, oportunidade de renda autônoma e cada vez mais estruturada para aqueles que não se adequam a um mercado cada vez mais restritivo: aqueles com pouca ou nenhuma formação educacional, aqueles com pouca experiência profissional, aqueles com experiência mas já velhos e nem tão velhos, aqueles com alguma restrição física, aqueles cuja renda sempre foi garantida pela catação.

Não se pode afirmar a certeza de que a Cooperglicério e demais catadores do Glicério não serão expulsos ou controlados institucionalmente em algum momento, mas sem dúvida pode-se dizer que houve a construção de uma contra-hegemonia, pois foram capazes de instituir o uso no lugar da troca. Houve um encontro de forças de resistência capazes de garantir sua permanência nas inúmeras tentativas de expulsão. Hoje, retirar a Cooperglicério não significa somente ir contra os catadores e seu modo de vida, mas também contra o projeto de inúmeras entidades apoiadoras, como a ITCP/FGV, a FAU/USP, algumas faculdades particulares, um grande hospital local, comerciantes, além de inúmeros bancos, faculdades e outros serviços que doam materiais, afora outras entidades que os apóiam e que se encontram próximos.

Todos eles são projetos que reconhecem e valoram o papel do catador, não só pelo fato de se tratar de reciclagem, mas também por aquilo que é de fato, um meio de obter algum ganho de forma autônoma. Não que todos estes parceiros afluíam ao Glicério no caso de algum risco de expulsão e necessidade de resistir solidariamente. Alguns o fariam, como o fizeram anteriormente, mas na forma como hoje se dá a estruturação dessa rede, uma intervenção autoritária no sentido da expulsão geraria no mínimo um estranhamento sobre a política de reciclagem da cidade, estratégia que ao menos sobre a Cooperglicério e outros grupos organizados não mais se repetiu.

A estratégia urbana como outra forma de luta social

O que propomos apreender da história desta apropriação espacial? O que queremos colocar em debate é esta reflexão sobre o urbano como parte das estratégias da mobilização social, com base em um entendimento dialético e espaço-temporal para que se construa uma possível e diferenciada forma de reprodução das relações sociais de produção, ou seja diferente das atuais formas de alienação do trabalho. Enfim, propõe-se pensar a práxis social como práxis urbana.

O que se apreende da história da resistência do catador é a importância da construção autônoma do trabalho e da apropriação da terra, dentro de um processo histórico que tirou partido do urbano em uma brecha deixada pela acumulação capitalista. Retomemos, a brecha deu-se porque o ser humano, potencialmente trabalhador, e a terra, potencialmente valorizável, não deixam de ter uma dinâmica própria na ausência dos interesses diretos da acumulação. E por estarem inseridos em uma centralidade urbana, a riqueza que lhe é própria devido ao acúmulo histórico de relações sociais, permite uma forma de produção social ligada a tal urbano.

Portanto, quando uma práxis social se junta a este contexto, com método de atuação que considera as condições urbanas existentes, ou seja, quando encontra uma brecha na

acumulação e tira partido do urbano, ela encontra condições para mais efetivamente interferir na produção social existente. Configura-se, deste modo, como um momento de mudança, uma criação social de um modo de produção urbano. Como tal produção continua no tempo, consegue consolidar-se e passa a configurar-se como reprodução de relações sociais de produção urbana.

Conforme nos expõe Lefebvre, a sociedade industrial, ou seja, a sociedade que surge com a modernidade, tira partido das primeiras configurações urbanas da Idade Média e a desenvolve. E com o tempo, crescentemente esta característica urbana tenderia a configurar-se como exclusivamente urbana (2004, p.96), ou seja, as duas formas de produção coexistem no atual momento. Daí que o que vemos no Glicério, se traz algo novo, também não poderia já se exhibir com condições de uma sociedade que almejamos como ideal.

Mas por trás das condições sociais precárias de trabalho do catador, há a superação das bases sobre a qual se dá a acumulação. Durante a catação não há atuação do capital a determinar as condições do trabalho e da terra. O trabalho se dá sobre a terra sem valor, pois se dá em terrenos abandonados ou em espaços públicos. Igualmente, o material que passa por este trabalho, o reciclável, é também o descartável da sociedade, portanto sem valor. Os meios de produção para viabilizar este trabalho, a carroça e a força física, pertencem ao catador. Enfim, não há a figura do proprietário da terra e do proprietário dos meios de produção com os quais o catador tenha que dividir a renda de seu trabalho. Há autonomia.

Isto se configura como uma quebra daquilo que constitui a coesão capitalista, base da alienação do trabalho, porque se dá sobre uma centralidade urbana. Acabou por criar condições que trazem mudanças nas representações do trabalho, que por sua vez significam a constituição de outros valores sociais. Nas falas dos catadores entrevistados nota-se a tendência do trabalho coletivo em cooperativas de reciclagem, constituído como negação ao tradicional trabalho hierárquico, fragmentado e homogêneo.

É por este conjunto imbricado de razões que o catador consegue uma renda que não raras vezes é maior que a do mercado de trabalho com carteira assinada, mas acompanhada de uma série de outras conquistas importantes que são mais do que simplesmente evitar que se torne mais um morador de rua dependente da caridade religiosa ou dos precários serviços assistenciais da Prefeitura. Uma delas é, como se disse no início, sua permanência no centro, na contramão do que tem acontecido com outros grupos sociais, em um momento de forte valorização imobiliária. Outra são as mudanças de valores, pois constrói para si valorações ligadas ao trabalho coletivo que necessariamente se baseia na cooperação. Que isto se assemelhe a Socialismo, Comunismo ou relações solidárias, concretamente está distante de qualquer romantização, como demonstram as dificuldades e conflitos cotidianos para a garantia do trabalho na cooperativa.

Fala-se muito na necessidade de conscientização política para que haja sujeitos políticos, um desafio diante da força ideológica de um sistema econômico que valoriza o indivíduo e que fragmenta as lutas sociais. Mas “conscientização” é algo abstrato diante da materialidade provocada pelo fetiche da mercadoria. A condição urbana é um elemento concreto cuja apropriação pelo uso mostrou-se um momento fundamental na formação do catador como um sujeito político, que com isto construiu estratégias próprias que lhe garante sua reprodução.

A apropriação do espaço pelos catadores assim confirmam a afirmação de Lefebvre: O espaço é político (1976). E o catador soube tirar partido de seu aspecto urbano para integrar-se a uma

centralidade como contraposição à forma industrial que procura excluí-lo. Institui assim outra forma de fazer político pelo urbano com base numa práxis urbana.

Bibliografia

LEFEVBRE, Henri. *A revolução urbana*. Trad.: Martins, S. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

LEFEBVRE, Henri. *Espacio y Política: el derecho a la ciudad, II*. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1976.

TELLES, Vera da Silva. Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade. In *Pontos e Linhas II*. Junho, 2005.